

**PLANEJAMENTO DAS BIBLIOTECAS
NO CONTEXTO EDUCACIONAL:
CONTRIBUIÇÃO DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

Célia Ribeiro Zaher *

Recomendação para implantação de uma política de planejamento nacional de coordenação dos serviços de documentação, bibliotecas e arquivos, levando em conta os diferentes níveis de desenvolvimento de cada país.

Necessidade de uma rede de informação em níveis nacionais e internacionais com vistas a uma colaboração em programas como NATIS, UNISIST e CDU.

A informação é reconhecida como elemento essencial para o progresso da civilização e da sociedade pelos países industrializados, que criaram sistemas complexos de informação, a fim de atender às necessidades específicas de cientistas e administradores e de todos aqueles envolvidos em problemas sócio-econômicos. Nos países em desenvolvimento, onde os recursos são mais limitados, a necessidade de dar prioridade à criação de serviços de informação só vem sendo reconhecida paulatinamente.

Melhores sistemas de informação podem contribuir para criar uma sociedade onde os cidadãos, individual ou coletivamente, possam enfrentar melhor os problemas da vida diária, aprimorar o relacionamento humano dentro de sua comunidade e entre povos de culturas e tradições diferentes, e contribuir dessa forma para uma maior compreensão e cooperação mundial, visando ao estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional (new international economic order), programa prioritário das Nações Unidas.

* Diretora do Departamento de Documentação, Bibliotecas e Arquivos da UNESCO.

O advento dessa sociedade progressista está sendo acelerado através do desenvolvimento da chamada "information industry", que se baseia na aplicação de processos modernos que permitem a canalização do conhecimento e a sua rápida difusão. Para isso, os países devem planejar de forma sistemática suas atuais infra-estruturas de informação, a fim de maximizar a utilização da informação existente em cada país, bem como de participar e beneficiar-se dos sistemas mundiais de informação, como por exemplo, os das agências especializadas do sistema das Nações Unidas.

Na maioria dos países industrializados esse planejamento é, cada vez mais, uma realidade, enquanto que, de uma maneira geral, nos países em desenvolvimento a capacidade para adquirir, processar e disseminar informação é ainda limitada em termos de instituições existentes, pessoal habilitado e recursos financeiros disponíveis. Essas limitações criam uma defasagem na utilização da informação adequada e disponível nos países industrializados, e restringem paralelamente a divulgação da produção intelectual gerada nos próprios países.

O Plano de Ação para a Aplicação da Ciência e da Tecnologia ao Desenvolvimento, elaborado para a Segunda Década de Desenvolvimento das Nações Unidas, declarou que *"um país sem capacidade científica e tecnológica nacional não tem meios de suprir às suas próprias necessidades nem de aproveitar as oportunidades existentes em outros países no campo da ciência e da tecnologia, nem de adaptá-las às suas próprias necessidades. A Segunda Década de Desenvolvimento das Nações Unidas deve proporcionar um apoio adequado e sistemático a fim de melhorar as possibilidades e disponibilidades para a transferência do conhecimento e da tecnologia dos países industrializados aos menos desenvolvidos. Países em desenvolvimento necessitam de sistemas nacionais de informação técnico-científica adequados ao tipo, capacitação e localização dos produtores e usuários dessa informação, dando ênfase ao tipo de conhecimento mais necessário ao seu desenvolvimento econômico-social. Esses sistemas nacionais devem ser eficazmente relacionados com os sistemas de informação dos países altamente industrializados."*

A Unesco, como Agência Especializada das Nações Unidas para a educação, ciência e cultura, foi designada para promover junto aos seus Estados Membros a divulgação desse ponto de vista, que realça a importância da informação como base de desenvolvimento.

Através do seu programa UNISIST, deu total apoio a esse movimento de desenvolvimento da 2ª Década das Nações Unidas. Em 1974 novo apelo é lançado pelas Nações Unidas através da aprovação da Declaração do Estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional, que foi aprovada por unanimidade na Assembléia Geral das Nações Unidas, e que solicita do Sistema das Nações Unidas um apoio global para melhorar a "qualidade de vida" e combater a injustiça social e a desigualdade entre os povos. A Unesco foi novamente chamada a contribuir para

formar as bases da Nova Ordem Econômica Internacional, que utilizará como um dos seus programas básicos o desenvolvimento de infra-estruturas informativas que permitam a todos se beneficiar livremente. A fim de promover o planejamento sistemático de serviços de documentação, bibliotecas e arquivos, como parte integrante das infra-estruturas dos meios de comunicação e como elemento básico de desenvolvimento, o Departamento de Documentação, Bibliotecas e Arquivos da Unesco realizou em Paris, de 23 a 27 de setembro de 1974 a "Intergovernmental Conference on the Planning of National Documentation, Library and Archives Infrastructures".

O objetivo dessa Conferência foi propiciar aos Estados Membros da Unesco um fórum para troca de idéias e experiências referentes à implantação de uma política de planejamento nacional de coordenação dos serviços de documentação, bibliotecas e arquivos, levando em conta os diferentes níveis de desenvolvimento e estruturas políticas e sociais de cada país, cobrindo todos os campos da atividade humana, ou seja, as humanidades, a cultura, a sociologia, a economia, a legislação, a administração e as ciências puras e aplicadas. O tema principal dessa Conferência foi estabelecer diretrizes para a criação e desenvolvimento das infra-estruturas nacionais de informação e sua conexão com os planos setoriais de planejamento dentro das metas e bases prioritárias nacionais. Essa infra-estrutura definimos como: a) os usuários, que são a própria "raison d'être" de um sistema; b) os recursos de informação existentes (serviços de documentação, centros de análise, banco de dados, bibliotecas, arquivos etc.) que, dispondo das mais modernas técnicas, se situam dentro de uma estrutura orgânica, a qual baseada em legislação, permita a efetiva transferência da informação para o usuário; c) pessoal qualificado para acionar os elementos dessa infra-estrutura. Em outras palavras, essa infra-estrutura se preocupa com aqueles que desejam a informação, com seu tratamento e recuperação e com aqueles que a tornam disponível.

O CONCEITO DO NATIS

Até agora, na formulação de planos nacionais de desenvolvimento, pouca atenção tem sido dada à organização sistemática da informação, que deve ser considerada como um dos recursos vitais de um país. A medida em que a idéia da necessidade de uma colaboração internacional progride, torna-se essencial planejar a utilização desse recurso em nível nacional sobretudo face à participação em programas internacionais cooperativos, tais como UNISIST e Controle Bibliográfico Universal (CBU).

Mesmo os países altamente industrializados, com uma tradição de autonomia institucional, estão aceitando a idéia de que as redes de informação devem ser planejadas e coordenadas passando a exercer funções importantes no progresso educacional, cultural e científico de cada nação:

Exemplos típicos dessa nova tendência são: a criação recente da British Library, resultante da fusão de diversos serviços tradicionais; a unificação do "Bundesforderungsprogram" que a República Federal Alemã decidiu em relação ao campo da documentação nacional, um programa nacional para coordenação das bibliotecas e serviços de informação nos Estados Unidos e na Rússia e em outros países socialistas, o desenvolvimento há algum tempo de sistemas nacionais de informação coordenados, que são considerados pelos respectivos governos como um fator importante do progresso educacional, científico e cultural do país.

Este princípio de coordenação definido através do conceito de NATIS (Sistema Nacional de Informação) incita os governos nacionais, estaduais ou locais, a incrementar ao máximo a utilização de toda informação relevante e disponível, criando serviço de documentação, bibliotecas e arquivos, da mesma forma como assume a responsabilidade pela educação básica, primária e secundária, de seus cidadãos.

À medida em que os governos investem cada vez maiores recursos humanos e financeiros no desenvolvimento de bibliotecas nacionais, escolares, públicas, universitárias e especializadas, como também em serviços de documentação e arquivos, surge a necessidade de eliminar duplicações e de preencher lacunas, obstáculos esses ao processo de transferência da informação e que podem ser superados apenas através de uma ação conjunta.

Uma vez aceita a tese de planejamento, torna-se mais fácil a adoção de toda uma série de medidas, tais como a definição e delimitação das funções, objetivos, importância e contribuições em potencial das bibliotecas, serviços de documentação e arquivos em todos os campos do planejamento e desenvolvimento nacionais. A fim de preparar um plano a longo prazo devem ser efetuados levantamentos exaustivos dos serviços existentes, e os resultados obtidos devem ser usados como base para a prospecção das necessidades futuras. Esse plano deve determinar as bases financeiras e legislativas, planejando todos os aspectos estruturais de seu funcionamento, incluindo os problemas de treinamento, a aplicação de tecnologia moderna e a criação de esquemas cooperativos.

O desenho do sistema nacional de informação (NATIS) deverá variar de acordo com as características próprias de cada país, tendo em vista que a sua finalidade precípua é a coordenação de todos os subsistemas que o compõem.

Os elementos que formam o NATIS são todos os serviços relacionados com a transferência da informação para qualquer setor da comunidade e qualquer tipo de usuário. A tarefa do NATIS é de assegurar a todos aqueles envolvidos em atividades políticas, econômicas, científicas, educacionais, sociais, e culturais, o acesso à informação necessária que lhes permita maximizar sua contribuição à sociedade.

A fim de alcançar esse objetivo, o plano nacional de implementação do NATIS deve ser desenvolvido de acordo com uma política de informação estabelecida de acordo com as metas prioritárias dos planos de desenvolvimento nacionais, globais e setoriais.

Esse plano, baseado na realidade existente, indicará ações para a melhoria dos recursos humanos e institucionais disponíveis, permitindo criar novas capacidades e facilidades no processo de transferência da informação. A análise das facilidades existentes em relação aos recursos de informação demonstrará que a coordenação e a ação conjunta aumentará a eficácia desses recursos em favor dos diferentes tipos de usuários.

Criar sistema nacional de informação (NATIS) envolve alcançar alguns objetivos básicos que vão desde o estabelecimento de uma política nacional de informação, até à realização de todas as etapas necessárias a sua implementação.

O lançamento do programa NATIS visa a permitir aos países membros da Unesco uma análise de seus problemas no campo da informação de uma forma global, de maneira a evitar a proliferação de pontos fiscais sem coordenação. Da mesma forma, visa a auxiliar no estabelecimento de um equilíbrio no acesso à informação por parte dos países em desenvolvimento que se acham em desigualdade com relação aos países industrializados.

De acordo com os diferentes níveis de desenvolvimento dos países — para alguns ainda na fase de implantação de suas infra-estruturas — torna-se impossível participar ou beneficiar-se de programas universais altamente sofisticados.

A aceitação do conceito do NATIS, e de seus objetivos principais, dará aos governos uma série de diretrizes que lhe proporcionará uma ação global e um objetivo comum face à diversificação das atividades informativas que são levadas a efeito atualmente em alguns campos específicos de conhecimento humano. A coordenação dos componentes nacionais que servem de contrapartida aos programas internacionais, através de um planejamento global de todos os elementos que constituem o NATIS, permitirá através de um programa equilibrado, que cada país obtenha o benefício total de seu sistema de informação, e assegure sua participação num processo de comunicação em duplo sentido.

Em muitos países o lançamento do NATIS implicará em assistência técnica e financeira proveniente de fontes nacionais e internacionais. A 18ª Conferência Geral (Novembro de 1974) encarregou a Unesco de estabelecer um programa de ação a longo prazo para ajudar os Estados Membros, em participar os países em desenvolvimento, a planificar e desenvolver suas infra-estruturas nacionais ou seus sistemas nacionais de informação (NATIS). O Secretariado da Unesco está preparando um projeto de programa que já foi examinado pelo Comitê Consultativo Internacio-

nal de Documentação, Bibliotecas e Arquivos (IACODLA) em sua quinta sessão, realizada em Paris de 10 a 13 de junho passado. O do NATIS a longo prazo será submetido à 19ª Conferência Geral, Novembro de 1976, possibilitando uma expansão de sua ação.

Quanto ao programa UBC (Controle Bibliográfico Universal), um dos principais objetivos do NATIS, está sendo promovido pela Unesco em cooperação com a IFLA, e nesse sentido a Unesco reuniu em maio de 1975 em Paris um grupo de especialistas para estudar um plano de ação e discutir a organização de uma Conferência Internacional para melhoria do Controle Bibliográfico Universal, a ser realizada em Paris em 1977. Esta Conferência terá como finalidade: a) estabelecer um mínimo de normas e práticas aceitáveis no que se refere à aplicação, conteúdo e forma das citações bibliográficas nacionais, levando-se em conta os requisitos que elas devem preencher para permitir o intercâmbio internacional; b) Chegar a um acordo sobre uma série de diretrizes aceitáveis no que se refere à apresentação, organização e frequência das bibliográficas nacionais impressas; c) Examinar as possibilidades de exploração de recursos comuns que permitam a todos os países assegurar um controle bibliográfico nacional.

Espero que o Congresso recomende às autoridades Governamentais Brasileiras o estudo e implementação do NATIS no Brasil, em resposta à carta circular enviada pelo Diretor Geral da Unesco a todos os Estados Membros.

Abstract

Recommendation to introduce a national system of coordination to the service of documentation, libraries and archive. Necessity of a information net in the national and international levels aiming a cooperation in programs such as NATIS, UNISIST, and CDU.